



Concurso Público para provimento de cargos de
Assistente Legislativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PROVA OBJETIVA****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

Brasil, o país do futebol. Não é essa a imagem que grande parte do mundo tem do nosso país? Afinal, a paixão dos brasileiros pelo jogo, as cinco Copas do Mundo conquistadas e a exportação de craques capazes de decidir partidas com jogadas sensacionais sustentam essa fama.

Até a natureza alimenta a identificação da nação com o esporte mais popular do mundo. Na caatinga e em partes do cerrado vive uma espécie animal que pode encolher-se e ficar justamente com o formato de uma bola: é o tatu-bola. E essa característica deu origem à proposta de torná-lo a mascote da Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

A decisão favorável ao tatu-bola como mascote não ocorreu apenas pelo formato curioso do animal em posição de defesa, ao transformar-se em uma compacta bola. A decisão levou em conta o fato de a espécie existir apenas no Brasil e sofrer risco de extinção. "Com essa mascote, vamos poder realizar um dos principais objetivos da Copa Fifa 2014, que é comunicar a importância da preservação do meio ambiente. Temos certeza de que ela será amada não apenas no Brasil, mas no mundo todo", afirmou o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, endossando a escolha.

(Texto adaptado a partir de matéria de Dimas Marques. In: **Horizonte Geográfico**, n. 144, ano 25. p. 66-68)

1. O texto informa que o tatu-bola foi escolhido como mascote da Copa do Mundo de 2014, principalmente, porque

- (A) reflete a paixão dos brasileiros pelo futebol campeão em cinco Copas do Mundo.
- (B) pode servir de modelo para o desenho da bola oficial a ser usada nos jogos da Copa.
- (C) se inclui em uma espécie animal exclusivamente brasileira, ameaçada de extinção.
- (D) transmite a natureza alegre e festiva que acompanha os jogos em uma Copa do Mundo.
- (E) se trata de um representante da fauna brasileira, conhecido no mundo todo.

2. A leitura do texto permite afirmar corretamente que

- (A) a escolha do tatu-bola como mascote desagradou, em parte, alguns dirigentes da Fifa.
- (B) uma espécie animal em extinção talvez não seja o melhor representante do Brasil na Copa 2014.
- (C) a Fifa se preocupa com a segurança durante a Copa, por isso escolheu o tatu-bola como mascote.
- (D) os organizadores da próxima Copa do Mundo no Brasil se preocupam com o meio ambiente.
- (E) a Copa do Mundo constitui a melhor maneira de se conhecer a beleza e a força do futebol brasileiro.

3. De acordo com o texto, a imagem do Brasil como país do futebol se explica por

- (A) ser pentacampeão mundial e ter jogadores famosos espalhados pelo mundo todo.
- (B) haver animais capazes de se transformar em bola e ter disputado várias Copas do Mundo.
- (C) sediar a próxima Copa do Mundo e preocupar-se com a preservação da natureza.
- (D) vender jogadores famosos para outros países e defender projetos de conservação ambiental.
- (E) agradar aos dirigentes mundiais e estimular a paixão dos brasileiros pelo futebol.

4. ... afirmou o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, endossando a escolha.

A palavra grifada acima pode ser corretamente substituída, sem alteração do sentido original, por

- (A) anunciando.
- (B) repetindo.
- (C) sugerindo.
- (D) informando.
- (E) apoiando.

5. *Temos certeza de que ela será amada não apenas no Brasil, mas no mundo todo ...*

O sentido da frase acima está retomado de forma inteiramente correta, com outras palavras, em:

- (A) Certamente, ela será amada tanto pelos brasileiros quanto pelo mundo todo.
- (B) Ela vai ser amada, concerteza, pelo mundo inteiro, mesmo sendo ela do Brasil.
- (C) Pensamos de que ela vai ser amada pelo o mundo todo, e será também dos brasileiros.
- (D) Sendo amada dos brasileiros, ela será certamente levada ao mundo todo.
- (E) O Brasil, mas não o mundo todo, apesar que é certo que ela será amada.

6. Algumas, como a do tatu-bola, de extinção.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

- (A) espécie animais - está ameaçadas
- (B) espécies animais - estão ameaçadas
- (C) espécies animal - está ameaçado
- (D) espécie animais - estão ameaçados
- (E) espécies animais - estão ameaçado



Atenção: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 7 a 12.

A obesidade é a maior das ameaças à saúde do século 21. O processo inflamatório crônico, os hormônios e os mediadores químicos produzidos e liberados pelo tecido adiposo, acumulado em excesso, aumentam o risco de doenças cardiovasculares, metabólicas, pulmonares e de diversos tipos de câncer.

No Brasil, metade da população adulta está acima da faixa de peso saudável. Nos Estados Unidos, esse número ultrapassa 70%: 30% estão com excesso de peso, 30% são obesos e 10% sofrem de obesidade grave. A continuarmos no mesmo ritmo, é provável que nos próximos dez ou vinte anos estejamos na situação deles.

A característica mais assustadora dessa epidemia é o número crescente de crianças e adolescentes obesos, consequência do acesso ilimitado a alimentos de alta densidade energética e da vida em frente da TV e dos computadores.

O impacto dessa nova realidade será tão abrangente, que a próxima geração provavelmente terá vida mais curta do que a atual, previsão demográfica que os avanços da medicina não conseguirão reverter. Os custos da assistência médica aos portadores das doenças crônicas associadas à obesidade arruinarão as finanças dos sistemas de saúde de países como o nosso.

O consumo de refrigerantes e sucos açucarados é uma das maiores fontes de calorias ingeridas por crianças e adolescentes. Um levantamento mostrou que os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte. É possível que os nossos não fiquem para trás.

Ao contrário dos carboidratos complexos contidos nos alimentos ricos em fibras, como as frutas e as verduras, as bebidas açucaradas são pobres em nutrientes e estão ligadas a maus hábitos alimentares, como o consumo de doces, biscoitos e salgadinhos empacotados.

As recomendações do Ministério da Saúde para que crianças e adultos evitem refrigerantes e sucos açucarados e, principalmente, aumentem os níveis de atividade física, devem ser levadas a sério.

(Adaptado: Drauzio Varella. Refrigerantes açucarados. Disponível em: <http://folha.com/no1201415>, 15/12/2012)

7. O principal objetivo do texto é

- (A) discutir os problemas decorrentes da falta de exercícios físicos das crianças nos dias de hoje, que passam muitas horas do dia em frente à televisão.
- (B) estabelecer comparações entre os hábitos alimentares de brasileiros e americanos que, segundo o autor, apresentam diferenças marcantes.
- (C) revelar a causa do abuso de refrigerantes por parte de crianças e jovens, hábito associado ao baixo consumo de alimentos ricos em fibras, como as frutas.
- (D) divulgar fatos inéditos sobre a obesidade, problema que, segundo o autor, já afeta a maioria da população do planeta.
- (E) alertar sobre os riscos e as consequências negativas da obesidade para a saúde, e indicar algumas das causas desse problema.

8. Segundo o autor,

- (A) o número de adolescentes obesos no Brasil já ultrapassou o de adultos americanos na mesma situação.
- (B) mais da metade dos brasileiros apresenta obesidade grave e apenas 30% dos americanos estão na faixa de peso ideal.
- (C) as causas da obesidade estão associadas a fatores diversos, que englobam tanto estilo de vida como hábitos alimentares.
- (D) na atualidade, a única causa da obesidade entre crianças e jovens é o consumo elevado de bebidas açucaradas.
- (E) como há vários tipos de doenças associadas à obesidade, já se comprovou que a expectativa de vida da próxima geração será menor do que a da atual.

9. Os custos da assistência médica aos portadores das doenças crônicas associadas à obesidade arruinarão as finanças dos sistemas de saúde de países como o nosso.

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original está em:

- (A) As finanças dos sistemas de saúde de países como o nosso serão arruinadas pelo custo da assistência médica aos portadores das doenças crônicas associadas à obesidade.
- (B) Os sistemas de saúde de países como o nosso, terão suas finanças arruinadas, onde os custos da assistência médica aos portadores das doenças crônicas estão associados à obesidade.
- (C) Países como o nosso, cujo o sistema de saúde dá assistência médica aos portadores das doenças crônicas associadas à obesidade, onde os custos altos arruinarão suas finanças.
- (D) Os custos da assistência médica aos portadores de obesidade, onde muitas vezes há doenças crônicas associada, cujas finanças dos sistemas de saúde de países como o nosso serão arruinadas.
- (E) A assistência médica, aos portadores de doenças crônicas associadas à obesidade, cujos custos são muito altos, arruinarão as finanças dos sistemas de saúde de países como o nosso.

10. De acordo com o contexto, o termo em destaque foi corretamente inserido em:

- (A) O impacto **positivo** dessa nova realidade será tão abrangente... (4º parágrafo)
- (B) ...os adolescentes americanos consomem em média 357 calorias diárias dessa fonte **de fibras**. (5º parágrafo)
- (C) No Brasil, metade da população adulta **sedentária** está acima da faixa de peso saudável. (2º parágrafo)
- (D) É possível que os nossos **adolescentes** não fiquem para trás. (5º parágrafo)
- (E) ...como o consumo **moderado** de doces, biscoitos e salgadinhos empacotados. (6º parágrafo)



11. O Ministério da Saúde que crianças e adultos evitem refrigerantes e sucos açucarados e alguma atividade física.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) recomendara - exerceram
- (B) recomenda - exerçam
- (C) recomenda - exercendo
- (D) recomendava - exerce
- (E) recomende - exerça

12. Segundo pesquisas, os adolescentes consomem doços e refrigerantes em excesso.

Considerados os necessários ajustes, a substituição do segmento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo correto em:

- (A) consomem-nos.
- (B) consomem-lhes.
- (C) nos consomem.
- (D) consomem-lhe.
- (E) o consomem.

Matemática

13. O resultado de $\frac{3}{7} + \frac{7}{3}$ é

- (A) $\frac{10}{10}$.
- (B) $\frac{10}{21}$.
- (C) $\frac{58}{21}$.
- (D) $\frac{42}{10}$.
- (E) $\frac{42}{21}$.

14. Um dos significados da divisão é indicar quantas vezes o divisor "cabe" no dividendo. A divisão, $6 \div 2 = 3$, pode significar que o divisor 2 "cabe" 3 vezes no dividendo 6. O número de vezes que o divisor $\frac{2}{3}$ "cabe" no dividendo 12, é

- (A) 8.
- (B) $\frac{1}{12}$.
- (C) $\frac{1}{18}$.
- (D) 18.
- (E) 2.



15. O valor da expressão numérica $(4-3)^2 \cdot (3-4)^3$ após o cálculo completo é
- (A) -6.
 (B) -1.
 (C) 305.
 (D) 1.
 (E) 6.

16. Sabendo que x dividido por y é igual a 12, então o dobro de x dividido pelo triplo de y é igual a
- (A) 8.
 (B) 4.
 (C) 9.
 (D) 12.
 (E) 24.

17. Faltava uma prova para terminar a disputa. Até então Carlos tinha 70 pontos, Marcos tinha 78 pontos, Júlio tinha 76 pontos, Ricardo tinha 87 pontos e Luiz tinha 89 pontos. Os 100 pontos da última prova seriam divididos proporcionalmente ao número de minutos que cada um desses competidores conseguisse correr sem parar. Carlos correu sem parar durante 6 minutos, Marcos correu durante 4 minutos, Júlio correu durante 5 minutos, Ricardo correu durante 3 minutos e Luiz correu durante 2 minutos. Acrescentando os pontos dessa última prova verifica-se que o vencedor da disputa foi o
- (A) Carlos.
 (B) Marcos.
 (C) Júlio.
 (D) Ricardo.
 (E) Luiz.

18. A fórmula, $J = \frac{C \cdot i \cdot t}{100}$, possibilita o cálculo de juros simples J que é gerado a partir de um capital C, a taxa de juros i % e durante um determinado período de tempo t. Os juros gerados a partir de um capital de R\$ 12.000,00, emprestado à taxa de 2% ao mês, durante 3 meses é, em reais, igual a
- (A) 1.200.
 (B) 2.400.
 (C) 240.
 (D) 7.200.
 (E) 720.

19. Uma empresa fabricante de sucos de frutas realizou uma enquete entre um grupo de pessoas para identificar a preferência de cada uma. O resultado é mostrado na tabela.

Suco de fruta preferido	
caju	12
laranja	18
abacaxi	9
morango	21
limão	15

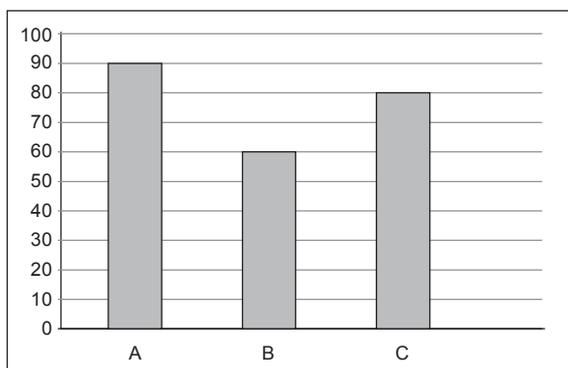
Após a enquete, a empresa forneceu aos participantes esses cinco tipos de sucos para experimentarem durante um mês. Passado esse tempo algumas pessoas mudaram suas preferências. Em relação aos dados da enquete, $\frac{1}{3}$ dos que preferiam suco de morango passaram a preferir suco de caju. Daqueles que antes preferiam suco de caju, $\frac{1}{6}$ passaram a preferir suco de abacaxi. Dentre os que antes preferiam abacaxi, $\frac{1}{3}$ passaram a preferir suco de laranja. Já os que escolheram inicialmente suco de laranja, $\frac{1}{3}$ passaram a preferir suco de limão e dentre os que antes preferiam suco de limão, $\frac{2}{5}$ passaram a preferir suco de morango. Após essas mudanças a empresa identificou o suco mais preferido, entre essas pessoas, como sendo o suco de

- (A) caju.
 (B) laranja.
 (C) abacaxi.
 (D) limão.
 (E) morango.

20. Oito pessoas conseguem produzir 32 brinquedos em 6 dias de trabalho. Considerando a mesma produtividade, o número de pessoas necessárias para que se possam produzir 48 brinquedos em 3 dias é
- (A) 12.
 (B) 16.
 (C) 24.
 (D) 18.
 (E) 4.



21. O gráfico mostra a quantidade vendida dos produtos A, B e C em uma loja durante uma semana.



Para que os produtos B e C atinjam o mesmo número de vendas do produto A, suas vendas precisam aumentar, em porcentagem, respectivamente,

- (A) 66,6 e 25.
(B) 30 e 10.
(C) 50 e 12,5.
(D) 33,3 e 15.
(E) 60 e 80.
22. O professor de matemática de uma escola ditou para seus alunos: "Do dobro de um certo número, x , subtrai-se 10. Esse resultado é igual à metade do mesmo número x somada a 35". A partir das informações pode-se concluir que o triplo do número x é
- (A) 75.
(B) 90.
(C) 30.
(D) 150.
(E) 50.
23. Dos números x e y sabe-se que $x - y = 14$ e que $3x - y = 76$. Ao resolver esse sistema de equações pode-se calcular que o menor desses números, x e y , é
- (A) 14.
(B) 76.
(C) 31.
(D) 66.
(E) 17.
24. Uma bolinha será sorteada dentre vinte bolinhas numeradas, respectivamente, com os números 15 a 34. Terá maior probabilidade de acertar uma pessoa que apostar em bolinhas cujos números sejam múltiplos de
- (A) 5.
(B) 9.
(C) 10.
(D) 12.
(E) 6.

História da Paraíba

25. Em 1574 aconteceu um incidente conhecido como "Tragédia de Tracunhaém", no qual índios mataram todos os moradores de um engenho chamado Tracunhaém em Pernambuco. Esse episódio ocorreu devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar, no Engenho de Tracunhaém. Com base no conhecimento da História da Paraíba, é correto afirmar que essa Tragédia contribuiu para
- (A) a aliança entre os índios Potiguaras e portugueses e para o progresso da Paraíba.
(B) o desmembramento da capitania de Itamaracá e para a formação da capitania da Paraíba.
(C) a autonomia administrativa de colônia e para a expansão das bandeiras no interior da Paraíba.
(D) a resistência indígena à conquista portuguesa e para a expansão da pecuária na Paraíba.
(E) o ingresso de Ordens religiosas na capitania e para a catequização dos índios da Paraíba.
26. Em verdade, os portugueses aproveitaram-se das diferenças étnicas entre as tribos indígenas para jogar umas contra as outras e prevalecer. Assim, aliás, atuará sempre o colonialismo... Sem a cisão do campo dos naturais da terra, os representantes do Império não teriam dominado parte alguma do mundo.
- (José Octávio de Arruda Mello. **História da Paraíba**, lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 25-26)
- Com base no texto e no conhecimento histórico, pode-se afirmar que o sucesso da expedição chefiada por João Tavares na conquista da Paraíba em 1585 deveu-se, principalmente,
- (A) aos acordos de paz entre os missionários e índios do grupo Tapuias.
(B) ao estímulo português a conflitos entre índios Potiguaras e invasores.
(C) à agressividade dos indígenas na luta entre portugueses e Tapuias.
(D) à rivalidade existente entre os indígenas Tabajaras e Potiguaras.
(E) aos constantes conflitos entre os franceses e os Tupis-Guaranis.
27. Segundo o historiador José Octávio de A. Mello, foram responsáveis pela ocupação do litoral e brejos e do interior da Paraíba, nos séculos XVI e XVII, respectivamente,
- (A) a sesmaria, grande propriedade produtora de algodão, e o binômio couro/tabaco.
(B) a produção agrícola voltada para o comércio interno, e o binômio algodão/tabaco.
(C) o latifúndio, unidade produtora de cana-de-açúcar, e o binômio pecuária/algodão no sertão.
(D) o minifúndio, unidade produtora de alimento e matéria-prima, e a monocultura de açúcar no litoral.
(E) a economia de subsistência, com base na mão de obra livre, e a agroindústria açucareira no sertão.



28. (...) as fugas individuais e coletivas, o suicídio, o assassinato dos senhores e colonos, a destruição das fazendas de gado e das plantações dos colonos, o estupro, o furto de alimentos como farinha e milho, o casamento com o não indígena, e até a ressignificação dos valores cristãos para os aspectos relacionados às suas respectivas culturas.

(Jean Paul Gouveia Meira e Juciene Ricarte Apolinário. **História Indígena no Sertão da Capitania Real da Paraíba no Século XVIII**. Campina Grande: Cadernos do LEME, jan./jun. 2010, v. 2, n. 1. p. 90)

Considerando a História Colonial da Paraíba, o texto identifica

- (A) as inúmeras práticas indígenas de resistência à colonização portuguesa, no Sertão da Paraíba.
- (B) as práticas dos indígenas que contribuíram para seu desaparecimento do sertão paraibano.
- (C) algumas das faces do caráter dos indígenas, “ferozes guerreiros selvagens”, do Sertão da Paraíba.
- (D) as formas de hostilidade dos indígenas do sertão, despossuídos de valores e princípios civilizados.
- (E) alguns aspectos da cultura das populações que viviam no litoral, na época da conquista da Paraíba.

29. Para o pesquisador Humberto Nóbrega, trata-se do “maior e mais respeitável monumento histórico da Paraíba”. É a única praça forte ainda de pé que nos ficou dos primórdios da colonização. Fundada em 1589, após a celebração da paz entre os colonizadores e o chefe índio Piragibe, a fortaleza inicialmente era de taipa e foi erguida pelo alemão Cristóvão Linz, a 18 Km da Capital do Estado, João Pessoa.

(http://www.joaopessoaconvention.com.br/v2009/?p=ponto_turistico)

Com base no conhecimento histórico da Paraíba, assinale a afirmação que se relaciona ao monumento a que o texto se refere.

- (A) Com o objetivo de evitar a entrada dos franceses, Frutuoso Barbosa ordenou a construção da Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo.
- (B) Visando defender os engenhos de ataques de índios Potiguaras, André de Albuquerque construiu o Forte de Inhobin, em João Pessoa.
- (C) Para resistir aos ataques indígenas potiguaras, João Tavares iniciou a construção do Forte de São Sebastião, na foz do rio Paraíba.
- (D) Durante o governo de Martim Leitão, foi edificada a capela de São Gonçalo, ainda hoje, um dos grandes monumentos históricos da Paraíba.
- (E) A Igreja de São Bento, na Avenida General Osório, onde há um cata-vento em lâmina, construído em 1753, foi obra iniciada por Feliciano Coelho.

30. Considere as informações abaixo.

- I. A posição da Paraíba, à época, era de uma verdadeira fortaleza, era um lugar quase inexpugnável, de acesso muito difícil.
- II. Na embocadura do rio Sanhauá havia dois fortes e a ilha da Restinga, que era utilizada com uma bateria, para impedir o acesso dos navios.
- III. Havia um sistema sonoro no forte de Cabedelo, em caso de perigo, um canhão especial disparava, sendo ouvido na cidade. Outro canhão, localizado na cidade, disparava para ser ouvido nas cercanias de Santa Rita.

As informações referem-se a algumas das circunstâncias que

- (A) retardaram a conquista e ocupação da Paraíba pelos portugueses durante o período colonial.
- (B) concorreram para o desinteresse português em colonizar a Paraíba, nos primeiros trinta anos.
- (C) asseguraram a posse e colonização do território paraibano durante as invasões francesas na Paraíba.
- (D) facilitaram as incursões estrangeiras na Paraíba, para comercializar o pau-brasil com os indígenas.
- (E) contribuíram com as vitórias sucessivas dos paraibanos durante as invasões holandesas na Paraíba.

31. Além das finalidades econômicas e militares, a nascente Capitania da Paraíba cumpria funções político-administrativas e sociais. Isto por caber articular a sociedade em formação. Nela, a figura central era o capitão-mor com atribuições assemelhadas aos atuais governadores.

(José Octávio de Arruda Mello. **História da Paraíba**, lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 28)

Considerando as informações do texto e o conhecimento da História da Paraíba, pode-se afirmar que a função político-administrativa da capitania tinha em vista

- (A) restringir o povoamento para assegurar o sucesso da capitania.
- (B) implantar um sistema político semelhante à Metrópole, na Paraíba.
- (C) possibilitar maior participação dos colonos no governo da Paraíba.
- (D) garantir a subordinação da Paraíba à Metrópole, ou seja, a Portugal.
- (E) transferir o poder da Capitania para a Metrópole, ou seja, a Portugal.

32. Em face do regime de monopólios, a capitania da Paraíba foi anexada em 1755 à capitania de Pernambuco, privando-a de autonomia, até 1799. Essa anexação deveu-se

- (A) à superioridade comercial da Paraíba em relação à capitania de Pernambuco.
- (B) à criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba.
- (C) ao enfraquecimento da Companhia das Índias Ocidentais na Paraíba.
- (D) ao crescimento da produção açucareira de Pernambuco e da Paraíba.
- (E) à fixação das fronteiras das capitanias de Itamaracá e de Pernambuco.



33. *Contando em 1774 com (...) uma população total de 52.000 habitantes em toda capitania, a Paraíba tornou-se presa para o Tribunal do Santo Ofício. Especialistas sustentam haver sido ela a capitania mais perseguida pela instituição, depois do Rio de Janeiro (...)*
No Brasil, a Inquisição significou mecanismo do pacto colonial, ou seja, de transferência de riqueza de colônia para a metrópole.

(José Octávio de Arruda Mello. **História da Paraíba**, lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 81-82)

A partir do texto pode-se afirmar que a atuação da Inquisição na capitania, no século XVIII,

- (A) foi um dos elementos responsáveis pelo atraso econômico da Paraíba.
- (B) fez com que a Paraíba superasse sua mais séria e longa crise financeira.
- (C) foi uma das causas pelo declínio da exploração metropolitana na Paraíba.
- (D) fez com que a metrópole aplicasse uma brutal alta de impostos na Paraíba.
- (E) foi responsável pelo crescimento da produção de subsistência na Paraíba.

34. Assumindo os ideais iluministas no reino, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e colônias. Na Paraíba, os jesuítas foram expulsos por Pombal, em 1759. A consequência dessa expulsão para a capitania foi a

- (A) criação de uma cultura formada por valores Indígenas Católicos.
- (B) expansão da pecuária sobre as terras dos indígenas no Sertão da Paraíba.
- (C) introdução de novos conhecimentos espirituais e científicos vindos da Europa.
- (D) intensificação dos conflitos que ocorriam entre colonos e os Tupis-Guaranis.
- (E) desarticulação do sistema de ensino mantido por essa Ordem Religiosa.

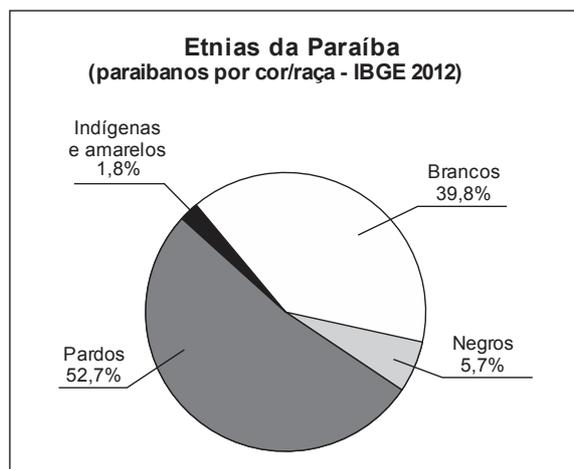
35. *Um projeto de extensão da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) resgatará a memória (...) [de] um movimento contra o absolutismo português e a crise econômica que atingia o Nordeste na época. O levante começou em Pernambuco, mas foi expandido para outros estados da região, inclusive a Paraíba. Cinco lideranças paraibanas que se destacaram na revolução acabaram sendo perseguidas e mortas pelas tropas imperiais. Ao todo, segundo o projeto, 117 paraibanos foram presos.*

(<http://www.interjornal.com.br/noticia.kmf?cod=18893772>)

O texto descreve um acontecimento associado à participação da Paraíba na

- (A) Insurreição Pernambucana, em 1645.
- (B) Guerra dos Mascates, em 1710.
- (C) Conjuração dos Alfaiates, em 1798.
- (D) Revolução Pernambucana de 1817.
- (E) Confederação do Equador de 1824.

36. Observe o gráfico.



(<http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>)

Os dados do gráfico permitem afirmar que, assim como o povo brasileiro, a população da Paraíba é essencialmente mestiça e o paraibano médio é predominantemente fruto da forte mistura entre europeu e o indígena, com alguma influência africana. A menor presença dos negros na composição étnica do povo deveu-se ao fato de,

- (A) a pecuária, que empregava em grande escala o trabalho do escravo africano, ter se tornado uma atividade menos expressiva do que a produção açucareira.
- (B) a produção de açúcar ser feita em áreas reduzidas, com mão de obra familiar e indígena, o que diminuía o interesse dos produtores de mão de obra escrava.
- (C) a cultura de cana na capitania não ter sido tão marcante como na Bahia ou em Pernambuco, o que ocasionou menor necessidade de mão de obra africana.
- (D) a economia do estado não ter sido voltada para a troca externa, como na Bahia ou em Pernambuco, o que restringiu o comércio de escravos negros na região.
- (E) as lavouras do estado serem voltadas à produção de gêneros alimentícios, realizadas em pequenas unidades onde trabalhavam apenas alguns escravos.

Legislação Institucional (Regimento Interno)

37. A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba reunir-se-á durante as sessões legislativas ordinárias, de acordo com a Constituição Estadual, de
- (A) 1º de fevereiro a 20 de junho e de 05 de julho a 20 de dezembro.
 - (B) 05 de fevereiro a 25 de junho e de 10 de julho a 18 de dezembro.
 - (C) 1º de fevereiro a 30 de junho e de 20 de julho a 20 de dezembro.
 - (D) 05 de fevereiro a 30 de junho e de 20 de Julho a 20 de dezembro.
 - (E) 1º de fevereiro a 05 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.



38. No que se refere ao regime de urgência, aplicável somente aos projetos de autoria do Governador do Estado, para os quais tenha solicitado urgência, nos termos da Constituição Estadual, analise as seguintes assertivas:
- I. A apreciação da solicitação de urgência não tem discussão, mas sua votação pode ser encaminhada pelo Líder do Governo por quinze minutos, e pelos líderes, por cinco minutos cada um.
- II. A votação da solicitação do regime de urgência será feita pela maioria absoluta mediante processo simbólico.
- III. Concedida a urgência pelo Plenário da Casa, inicia-se a contagem do prazo de quarenta e cinco dias para manifestação definitiva do Plenário sobre a proposição.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.
39. A Comissão Representativa da Assembleia Legislativa, na forma prevista na Constituição do Estado da Paraíba, será constituída
- (A) de ofício, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, ou mediante requerimento de um doze avos dos Deputados ou Líder que represente este número, aprovado pelo Plenário, exclusivamente, para, dentre outras atribuições, dar parecer sobre proposta de emenda à Constituição do Estado.
- (B) na última sessão ordinária da Sessão Legislativa, para atuar durante o recesso parlamentar, presidida pelo Presidente da Assembleia, e constituída de um terço dos membros da Assembleia Legislativa.
- (C) na primeira sessão ordinária da Sessão Legislativa, para atuar durante o recesso parlamentar, presidida pelo Presidente da Assembleia, e constituída de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa.
- (D) de ofício, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, ou mediante requerimento de um doze avos dos Deputados ou Líder que represente este número, aprovado pelo Plenário, exclusivamente, para, dentre outras atribuições, dar parecer sobre projeto de reforma do Regimento Interno da Assembleia.
- (E) na última sessão ordinária da Sessão Legislativa, para atuar durante o recesso parlamentar, presidida pelo Vice-Presidente da Assembleia e será constituída de metade dos membros da Assembleia Legislativa.
40. As sessões, ressalvadas as solenes, especiais e itinerantes, somente poderão ser abertas, após chamada nominal, com a presença de, no mínimo,
- (A) dois terços dos membros da Casa.
- (B) um terço dos membros da Casa.
- (C) metade dos membros da Casa.
- (D) um quarto dos membros da Casa.
- (E) um sexto dos membros da Casa.
41. Sobre o Plenário, na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, é correto afirmar:
- (A) A Sessão poderá ser suspensa para permitir, quando for o caso, que a Comissão ou o Relator Especial possa apresentar Parecer escrito ou oral em Plenário, suspensão esta que não poderá exceder a trinta minutos.
- (B) Na hora determinada para o início da sessão plenária, verificada a ausência do Presidente, a direção dos trabalhos caberá, sucessivamente, aos Vice-Presidentes, e, em série ordinal, aos Secretários e Suplentes, e, na falta destes, do Deputado mais votado nas últimas eleições.
- (C) O Presidente da Assembleia Legislativa poderá presidir normalmente a Sessão durante a discussão e votação de matéria de sua autoria, mas não poderá votar.
- (D) Os jornalistas credenciados não serão admitidos no recinto do Plenário e terão acesso franqueado às galerias circundantes para assistir às sessões, mantendo-se a incomunicabilidade da assistência com o recinto do Plenário.
- (E) O Deputado que pretender contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, poderá solicitar a palavra, pela ordem, para, a juízo do Presidente da Assembleia, falar pelo prazo máximo de quinze minutos.
42. No que concerne às Sessões Extraordinárias da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizadas durante o período de recesso parlamentar, é INCORRETO afirmar:
- (A) O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia da sessão extraordinária, que, na hipótese de urgência ou interesse público relevante, ocorrerá no prazo máximo de quarenta e oito horas do pedido, comunicando aos Deputados na forma preconizada pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa.
- (B) As sessões extraordinárias terão a duração e o rito das sessões ordinárias, com algumas particularidades previstas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa.
- (C) A maioria dos membros da casa, em caso de urgência ou interesse público relevante poderá veicular requerimento para realização de sessão extraordinária, mediante convocação da Assembleia Legislativa.
- (D) Em caso de intervenção nos Municípios poderá ser realizada sessão extraordinária, mediante convocação da Assembleia Legislativa e far-se-á pelo Governador do Estado.
- (E) O comparecimento à sessão extraordinária será remunerado até o limite de 4 (quatro) sessões, correspondendo cada a 1/4 (um quarto) do subsídio mensal.



<p>43. Analise as seguintes assertivas sobre as Sessões Itinerantes realizadas pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba em local diverso da sede da Assembleia:</p> <p>I. As sessões itinerantes durarão o tempo necessário à conclusão do seu objetivo, a juízo do Presidente.</p> <p>II. Será admitida a realização de, no máximo, uma sessão itinerante, a cada dois meses, em dias e horários prefixados, mediante deliberação da maioria absoluta dos Deputados.</p> <p>III. O requerimento para realização de sessão itinerante pela Assembleia Legislativa deverá ser subscrito pela maioria simples dos Deputados, no mínimo, e indicará o município, bem como a pauta de discussão.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas. (B) I, II e III. (C) II e III, apenas. (D) I e III, apenas. (E) II, apenas.</p>	<p>46. São requerimentos sujeitos à deliberação do Plenário, dentre outros, os que solicitem</p> <p>(A) reabertura de discussão de projeto encerrada em sessão legislativa anterior. (B) prorrogação de prazo para a apresentação de parecer por qualquer Comissão. (C) retirada, pelo Autor, de proposição com parecer contrário, sem parecer, ou apenas com parecer de admissibilidade. (D) leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário. (E) observância de disposição regimental.</p> <p>47. Poderá ser requerida a “urgência urgentíssima” para</p> <p>(A) Proposta de Emenda à Constituição Estadual. (B) Proposta de reajuste salarial a servidores públicos. (C) Projeto de alteração do Regimento Interno. (D) Projeto de código. (E) Julgamento de Contas do Governador do Estado.</p>
<p>44. Sobre a Interpretação e Observância do Regimento, especificamente em relação às questões de ordem, é certo que</p> <p>(A) o Deputado, em qualquer caso, poderá recorrer da decisão da Presidência para o Plenário, em regra com efeito suspensivo, ouvindo-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que terá o prazo máximo de cinco dias úteis para se pronunciar.</p> <p>(B) no momento de votação, ou quando se discutir e votar a redação final, a palavra para formular questão de ordem só poderá ser concedida uma vez ao Relator e três vezes a outros Deputados, dentre eles o Autor da proposição principal ou acessória em votação.</p> <p>(C) se o Deputado não indicar, inicialmente, as disposições em que se assenta a questão de ordem, enunciando-as, o Presidente não permitirá a sua permanência na tribuna e determinará a exclusão, da ata, das palavras por ele pronunciadas.</p> <p>(D) nenhum Deputado poderá exceder o prazo de cinco minutos para formular questão de ordem, nem falar sobre a mesma mais de uma vez.</p> <p>(E) depois de falar somente o Autor e outro Deputado que contra-argumente, a questão de ordem será resolvida pelo Presidente da sessão, sendo lícito ao Deputado opor-se à decisão ou criticá-la na mesma sessão em que for proferida pelo prazo de dez minutos.</p>	<p>48. O Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, após receber o requerimento para instauração de comissão parlamentar de inquérito com o <i>quorum</i> mínimo necessário, poderá indeferir o pedido por despacho fundamentado, devolvendo-o ao autor e, neste caso, contra essa decisão</p> <p>(A) caberá recurso para a Mesa Diretora no prazo de cinco dias. (B) caberá recurso para a Mesa Diretora no prazo de dez dias. (C) caberá recurso para o plenário no prazo de dez dias, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Redação. (D) caberá recurso para o plenário no prazo de cinco dias, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Redação. (E) não caberá recurso.</p> <p style="text-align: center;">Constituição do Estado da Paraíba</p> <p>49. Sobre os direitos e garantias fundamentais, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo, de cargo ou função de direção, em órgão da administração direta ou indireta, o agente público que, dentro de sessenta (60) dias do requerimento do interessado, deixar, injustificadamente, de sanar omissão inviabilizadora do exercício de direito constitucional. (B) Obriga-se a autoridade competente a especificar área ou áreas de fácil acesso, abertas ao povo, a serem utilizadas para reuniões, nos termos constitucionais, sem prejuízo da ordem pública. (C) Independe do pagamento de taxa ou de emolumento ou de garantia de instância, o exercício do direito de petição ou representação, ou a obtenção de certidão para a defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal. (D) Ninguém será discriminado ou, de qualquer forma, prejudicado pelo fato de litigar com órgão estadual, no âmbito administrativo ou judicial. (E) Todas as empresas públicas ou de economia mista controladas pelo Estado terão um Conselho de Servidores, eleito pelos seus servidores, com a finalidade de participar da elaboração dos planos e metas da empresa e de fiscalizar a sua execução.</p>
<p>45. Destinam-se os projetos de decreto legislativo</p> <p>(A) a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da Assembleia Legislativa, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo. (B) a regular matéria constitucional. (C) a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Governador do Estado. (D) à utilização de competência delegada. (E) a regular as matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção do Governador do Estado.</p>	



50. O Município reger-se-á por Lei Orgânica, obedecidos todos os preceitos previstos na Constituição do Estado da Paraíba, votada em
- (A) dois turnos com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Paraíba.
 - (B) turno único e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição do Estado da Paraíba.
 - (C) dois turnos com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Paraíba.
 - (D) turno único e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição do Estado da Paraíba.
 - (E) dois turnos com o interstício mínimo de vinte dias, e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Paraíba.
51. Sobre a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios, é correto afirmar:
- (A) A partir da data do recebimento das contas do Município, o Tribunal de Contas dos Municípios terá o prazo de seis meses para emitir parecer.
 - (B) O controle externo para fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercido pela Câmara Municipal com o auxílio do Poder Judiciário.
 - (C) As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara serão enviadas ao Tribunal de Contas dos Municípios até o dia 31 de maio, devendo, a partir desta data, durante no mínimo sessenta dias, uma das vias permanecer à disposição, na Câmara e no Tribunal, para exame e apreciação de qualquer contribuinte.
 - (D) Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, a Câmara deverá pronunciar-se no prazo de noventa dias, na forma que a lei dispuser, e se o prazo decorrer *in albis* considerar-se-á prevalente o parecer.
 - (E) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
52. Uma das hipóteses de intervenção do Estado nos Municípios estará caracterizada quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, dívida fundada, por
- (A) quatro anos consecutivos.
 - (B) três anos consecutivos.
 - (C) um ano.
 - (D) dois anos consecutivos.
 - (E) cinco anos consecutivos.
53. Tício é eleito Vereador do Município de João Pessoa em determinado pleito eleitoral e, conseqüentemente, NÃO poderá, desde a expedição do diploma,
- (A) patrocinar causa em que seja interessada uma empresa pública.
 - (B) ser proprietário ou controlador de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada.
 - (C) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum* em empresa pública ou autarquia.
 - (D) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os passíveis de demissão *ad nutum*, em empresa concessionária de serviço público.
 - (E) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
54. NÃO é privativa do Prefeito Municipal a iniciativa de projeto de lei
- (A) para construção de moradias populares.
 - (B) do Plano Plurianual.
 - (C) da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) do plano diretor e da delimitação da zona urbana.
 - (E) da criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública.
55. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito em um determinado Município do Estado da Paraíba,
- (A) o Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal ocuparão os cargos, respectivamente, de Prefeito e Vice-Prefeito, caso a vacância ocorra na segunda metade do mandato e não serão convocadas novas eleições.
 - (B) haverá eleição pela Câmara Municipal, caso a vacância ocorra na segunda metade do mandato.
 - (C) haverá eleição pela Câmara Municipal, independentemente do momento em que ocorrer a vacância.
 - (D) haverá eleição direta e popular, independentemente do momento em que ocorrer a vacância.
 - (E) haverá eleição pela Assembleia Estadual da Paraíba, caso a vacância ocorra na segunda metade do mandato.



56. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, o ingresso na carreira policial civil far-se-á nas classes iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos, em que se apurem qualificações e aptidões específicas para o desempenho das atribuições do cargo, exigido do candidato diploma de formação policial, ministrado por Academia de Polícia Civil. E, além de outros requisitos estabelecidos em lei, o candidato para participar de concurso público para a Polícia Civil, cujo cargo não exige nível superior, deverá ter, no mínimo, em regra,
- (A) vinte e um e, no máximo, trinta e cinco anos de idade.
- (B) vinte e um e, no máximo, trinta anos de idade.
- (C) vinte e um e, no máximo, quarenta anos de idade.
- (D) dezoito e, no máximo, quarenta anos de idade.
- (E) dezoito e, no máximo, trinta e cinco anos de idade.
57. Sobre os Deputados Estaduais, é correto afirmar:
- (A) As imunidades de Deputados Estaduais subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de um terço dos membros da Casa, nos casos de atos praticados fora do recinto da Assembleia Legislativa, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- (B) Os Deputados Estaduais, apenas a partir da posse, serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.
- (C) Os Deputados Estaduais não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- (D) Não perderá o mandato, em regra, Deputado Estadual que tiver suspenso os direitos políticos.
- (E) Perderá o mandato o Deputado Estadual investido no cargo de Secretário de Prefeitura com população superior a duzentos mil habitantes.
58. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, no tocante ao processo legislativo é INCORRETO afirmar:
- (A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por 1% dos eleitores estaduais, distribuídos, no mínimo, em um décimo dos Municípios, com não menos de 1% dos eleitores de cada um deles.
- (B) Se o Governador do Estado considerar o projeto de lei aprovado contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de trinta dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de cinco dias, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.
- (C) São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre organização do Ministério Público.
- (D) As medidas provisórias adotadas pelo Governador do Estado perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Assembleia Legislativa disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.
- (E) Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, dos Tribunais de Justiça e de Contas e do Ministério Público.
59. O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas na Constituição Federal, sendo-lhe assegurada autonomia administrativa e financeira. É integrado por
- (A) sete Conselheiros, sendo dois escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, três pela Assembleia Legislativa e dois pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
- (B) nove Conselheiros, sendo quatro escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, e cinco pela Assembleia Legislativa.
- (C) sete Conselheiros, sendo quatro escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, e três pela Assembleia Legislativa.
- (D) nove Conselheiros, sendo cinco escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, e quatro pela Assembleia Legislativa.
- (E) sete Conselheiros, sendo três escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, e quatro pela Assembleia Legislativa.
60. No que concerne ao Poder Executivo, analise as seguintes assertivas:
- I. Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, serão sucessivamente chamados ao exercício da chefia do Poder Executivo, o Presidente do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa.
- II. O Governador do Estado será julgado, nos crimes de responsabilidade, pela Assembleia Legislativa, que, sob a presidência do Presidente da Assembleia, decidirá por dois terços de seus membros.
- III. Quem houver sucedido ou substituído o Governador de Estado no curso do mandato poderá ser reeleito para um único período subsequente.
- IV. O Governador e o Vice-Governador do Estado não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do País por período superior a trinta dias, sob pena de perda do cargo.
- De acordo com a Constituição Estadual da Paraíba está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.